



INTERSEX

O que significa 'intersex'?

Pessoas intersexuais nascem com características sexuais (incluindo genitais, gônadas e padrões cromossômicos) que não se encaixam nas típicas noções binárias de corpos masculinos e femininos.

Intersex é um termo guarda-chuva usado para descrever uma ampla gama de variações naturais do corpo. Em alguns casos, características intersexuais são visíveis no nascimento, enquanto outras não são aparentes até a puberdade. Algumas variações cromossômicas intersexuais podem não ser fisicamente aparentes.

De acordo com especialistas, entre 0.05% e 1.7% da população nasce com características intersexuais — a porcentagem superior de tal estimativa se assemelha ao número de pessoas ruivas.

Ser intersex está relacionado às características biológicas do sexo, e é diferente da orientação sexual e da identidade de gênero das pessoas. Uma pessoa intersex pode ser heterossexual, gay, lésbica, bissexual ou assexual, e pode se identificar como mulher, homem, ambos ou nenhuma das duas coisas.

Porque seus corpos são vistos como diferentes, crianças e adultos intersex são frequentemente estigmatizados e sujeitos a múltiplas violações de direitos humanos, incluindo violações de seus direitos à saúde e à integridade física, a ser livre de tortura e de maus tratos, e à igualdade e à não discriminação.

Integridade física

Submeter crianças intersex a cirurgias e outros procedimentos médicos desnecessários, com o propósito de adequar seu aspecto aos estereótipos binários de sexo, tornou-se uma prática comum.

Esses procedimentos, frequentemente irreversíveis, podem causar infertilidade permanente, dor, incontinência, perda do prazer sexual, assim como sofrimento mental ao longo da vida, incluindo depressão. Além disso, geralmente esses procedimentos são realizados sem o consentimento completo, livre e informado da pessoa interessada, que é frequentemente muito jovem para participar do processo de tomada de decisão, e podem violar seus direitos à integridade física, a não ser objeto de tortura e maus tratos, e a não ser submetida a práticas nocivas.

Tais procedimentos são frequentemente justificados com base nas normas culturais e de gênero e em crenças discriminatórias sobre pessoas intersex e sua integração na sociedade.

Atitudes discriminatórias nunca podem justificar violações de direitos humanos, incluindo o tratamento forçado e as violações do direito à integridade física. Os Estados possuem o dever de combater os estereótipos danosos e a discriminação, em vez de reforçá-los. Os procedimentos descritos também se justificam, em algumas ocasiões, com base em supostos benefícios à saúde, mas que são frequentemente propostos com base em frágil evidência e sem discutir soluções alternativas que protejam a integridade física e o respeito à autonomia.

Infelizmente, tais crenças e pressões sociais são comumente refletidas por médicos, assim como pelas famílias de crianças intersex, as quais podem encorajar e/ou manifestar sua concordância com tais procedimentos, apesar da falta de indicação médica, necessidade ou urgência, e apesar do fato de que tais procedimentos possam violar as normas de direitos humanos.

O consentimento com esses procedimentos é frequentemente dado na ausência de informação sobre as consequências a curto e longo prazo de tal cirurgia e na falta de contato com outras pessoas que se encontram na mesma situação, como adultos intersex e suas famílias.





Proibir procedimentos médicos e cirurgias desnecessárias sobre características sexuais de crianças intersex.



Garantir que pessoas e organizações intersex sejam consultadas e participem da elaboração de pesquisas, legislação e políticas que impactem seus direitos.



Garantir que as violações de direitos das quais são vítimas as pessoas intersex sejam investigadas e seus supostos perpetradores processados.

Muitos adultos intersex que foram expostos a tal cirurgia quando crianças enfatizam a vergonha e o estigma relacionados à tentativa de apagar suas características intersexuais, assim como significativo sofrimento físico e mental, incluindo aquele resultante das extensas e dolorosas cicatrizes. Muitos outros sentem que foram forçados a se inserir em categorias de sexo e gênero nas quais não se encaixam.

Dado seu caráter irreversível e seu impacto na integridade física e na autonomia das pessoas, tais procedimentos cirúrgicos desnecessários ou tratamentos não requisitados devem ser proibidos. As crianças intersex e suas famílias devem receber aconselhamento e apoio adequados, inclusive por parte de seus pares.

Discriminação

Pessoas intersex são frequentemente submetidas à discriminação e abuso caso se torne conhecido que são intersex, ou caso se considere que elas não se adequam às normas de gênero. Leis antidiscriminatórias geralmente não proíbem a discriminação contra pessoas intersex, deixando-as vulneráveis a práticas discriminatórias em diferentes contextos, incluindo no acesso aos serviços de saúde, à educação, aos serviços públicos, ao emprego e aos esportes.

Os profissionais de saúde frequentemente não possuem o treinamento, o conhecimento e o entendimento necessários para levar em consideração as necessidades de saúde específicas das pessoas intersex, para oferecer o cuidado de saúde apropriado e para respeitar a sua autonomia e seus direitos à integridade física e à saúde.

Algumas pessoas intersex também enfrentam obstáculos e discriminação se querem ou precisam alterar as informações sobre sexo nas suas certidões de nascimento e outros documentos oficiais.

Atletas intersex enfrentam um conjunto específico de obstáculos. Existem vários casos de mulheres atletas intersex que foram desclassificadas de competições esportivas com base em suas características intersex. Entretanto, ser intersex, em si, não implica em melhor desempenho, enquanto outras variações físicas que de fato afetam a desempenho, como a altura e o desenvolvimento muscular, não estão sujeitas a tal escrutínio e restrições.

Proteção e Reparações

Pessoas intersex deveriam ser protegidas de violações aos seus direitos. Quando tais violações ocorrerem, elas deveriam ser investigadas e seus supostos perpetradores processados. As vítimas deveriam ter acesso a recursos efetivos, incluindo reparação e compensação.

Pessoas intersex devem, ainda, ser consultadas na elaboração de legislação e políticas que impactam seus direitos.





Avanços recentes

Em 2013, a Austrália adotou a Emenda sobre Discriminação Sexual (Orientação Sexual, Identidade de Gênero e Status Intersex) - a primeira lei a incluir o status intersex como um motivo proibido de discriminação em si mesmo. O senado australiano também promoveu um inquérito oficial sobre esterilização involuntária ou coercitiva de pessoas intersex.

Em 2015, Malta aprovou a Lei sobre Identidade de Gênero, Expressão de Gênero e Características Sexuais - a primeira lei a proibir a cirurgia e o tratamento de características sexuais de menores de idade sem consentimento informado. A lei também proíbe a discriminação com base nas características sexuais.

Medidas a adotar

Os Estados devem:

- 1** Proibir procedimentos médicos e cirurgias desnecessárias sobre características sexuais de crianças intersex, proteger sua integridade física e respeitar sua autonomia.
- 2** Assegurar-se de que as pessoas intersex e suas famílias recebam aconselhamento e apoio adequados, incluindo de seus pares.
- 3** Proibir discriminação baseada nos traços, características ou status intersex, incluindo na educação, nos cuidados de saúde, no emprego, nos esportes e no acesso a serviços públicos, e enfrentar essa discriminação através de iniciativas antidiscriminatórias adequadas.
- 4** Garantir que as violações de direitos das quais são vítimas as pessoas intersex sejam investigadas e seus supostos perpetradores processados, e que as vítimas de tais violações tenham acesso a recursos efetivos, incluindo reparação e compensação.
- 5** Organismos nacionais de direitos humanos devem pesquisar e monitorar a situação de direitos humanos de pessoas intersex.
- 6** Adotar leis que simplifiquem os procedimentos para alteração dos marcadores de sexo nas certidões de nascimento e demais documentos oficiais de pessoas intersex.
- 7** Promover formação para os profissionais de saúde sobre as necessidades de saúde e direitos humanos das pessoas intersex e sobre o aconselhamento e a atenção a ser dirigida às famílias de crianças intersex, respeitando a autonomia da pessoa intersex, sua integridade física e suas características sexuais.
- 8** Assegurar que membros do judiciário, oficiais da imigração, agentes de segurança pública, profissionais da saúde, da educação, entre outros trabalhadores, sejam treinados para respeitar e promover tratamento igualitário para pessoas intersex.
- 9** Garantir que pessoas e organizações intersex sejam consultadas e participem da elaboração de pesquisas, legislação e políticas que impactem seus direitos.





Os meios de comunicação devem:

- 1** Incluir as vozes das pessoas e grupos intersex nas coberturas de jornais, TV e rádio.
- 2** Oferecer um panorama objetivo e equilibrado das pessoas intersexuais e suas preocupações em matéria de direitos humanos.
- 3** Não fazer suposições sobre a orientação sexual ou a identidade de gênero de pessoas intersex.

Você, seus amigos e outras pessoas podem fazer a diferença também:

- 1** Denuncie quando você presenciar qualquer forma de discriminação ou violência contra pessoas intersex.
- 2** Lembre que as pessoas intersex podem ter qualquer orientação sexual e identidade de gênero.

